

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

Trabalho apresentado no 30º Simpósio Nacional de História

ST 154. Teoria da História e História da Historiografia II

15 a 19 de julho

**Entre fissuras e construções: a constituição de um campo de estudos sobre gênero na  
historiografia brasileira (décadas de 1980 e 1990)**

Branca Zilberleib

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade de São Paulo  
(PPGHS-USP)

São Paulo

2019

**Resumo:** A presente comunicação tem por objetivo mapear alguns dos diferentes caminhos teóricos, epistemológicos e institucionais traçados por historiadoras brasileiras no sentido de configurar o sujeito mulher como um problema de pesquisa válido a ser investigado na produção historiográfica em curso entre as décadas de 1980 e 1990. A partir de documentos institucionais e publicações acadêmicas, esmiuçamos esses caminhos para a legitimação da mulher como objeto de pesquisa – que passou também pela legitimação da mulher como sujeito pesquisador – e, a subsequente conformação de um domínio específico de pesquisas em torno desse problema/sujeito/objeto, a mulher. Isto é, em área que dispõe de certa comunhão de objetos e que constituía um corpo de pesquisadores em função disso, ainda que a forma de abordar esse *sujeito-objeto*, as estratégias de pesquisa, sejam diversas.

**Palavras-chave:** Mulher, objeto e campo de estudos, história das mulheres e das relações de gênero, feminismo.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

*Na epistemologia feminista,  
sujeito e objeto estão fundidos um no outro*

*Maria Odila Leite da Silva Dias*

### **Vista panorâmica**

O trabalho que apresento a seguir foi – e está sendo – constituído como um mapa, um mapa em forma de texto. Um mapa em que muitas partes ainda permanecem ausentes, porque ainda não foram percorridas, e outras tantas permanecem fora de escala. Apresento para vocês um mapa ainda difuso, cujo território precisa ser desbravado para que eu compreenda suas trilhas e relevos. Mas o desbravamento que proponho aqui, não é aquele que fizeram com nossos territórios a fim de apreendê-los, explorá-los, tomá-los para si – tirando-o de outros. Pretendo conformar esse mapa através dos emaranhados percursos que a pesquisa tem me guiado, que as autoras têm sugerido, que o pensamento feminista trilhou e permanece trilhando. Afirmo, desde já, que se trata de um mapa artificial, situado, referente a minha trajetória individual e de pesquisa, mas não só, se refere também às iluminações e indicações de caminhos que tantas outras pesquisadoras(es), militantes e situações (por que não?) me proporcionaram, aberta ou obliquamente. O que quero dizer é que os caminhos que exponho aqui poderiam ser trilhados e expostos de outras muitas maneiras. Apresento esta comunicação como mapa primeiramente para poder me situar. Mas também para evidenciar como se trata de um território amplo, complexo e constituído (apesar das constantes e contínuas lutas para desmantelá-lo). Apresento-o assim também, para que novos caminhos me sejam indicados e abertos, e não para estabelecer fronteiras.

### **Ponto de partida**

O que preside um interesse de pesquisa? Trata-se de uma questão política? geracional? situacional? Como um interesse se torna um objeto de estudo? Se trata de um

investimento individual ou coletivo? Quando e como ele deixa de ser individual e se torna coletivo? É preciso dotá-lo de determinadas características para que seja aceito? Como se valida um objeto de pesquisa? E quanto à mulher, o que quer dizer fazer da mulher um objeto de pesquisa? Ou ainda, um problema de pesquisa? O que quer dizer trazê-la para o centro de uma busca sistematizada, trazê-la para o foco mesmo desta busca, desta investigação? E ainda, por que fazê-lo? Essas são algumas das perguntas que pretendo responder em minha pesquisa de mestrado, cujo problema fundamental que trago aqui é compreender o que fez parte da validação da mulher enquanto objeto de pesquisa em história. Pode parecer absurdo, mas a validade dessa investigação nem sempre foi um dado. Pretendo assim, percorrer as justificativas, negociações e lutas para tornar as mulheres objeto legítimo de investigação. Apresentarei adiante alguns passos que trilhei no sentido de descortinar isso, muitos outros ainda estão em aberto.

Os caminhos possíveis para o estabelecimento de um objeto de pesquisa e um campo de estudos são muitos. Podem ser tortuosos, passando por enfrentamentos diretos; lineares, como desdobramentos de campos e pesquisas prévias; ou, podem conter as duas dimensões. De todo modo, tornar um assunto objeto de pesquisa, significa, em muitos casos – como no presente – responder a demandas da sociedade naquele momento. A abordagem a partir da qual se mira, se inquirir, este objeto, e a adesão de pesquisadores, instituições e órgãos financiadores, muitas vezes ditam seus caminhos, mas não só. O estabelecimento do presente objeto de pesquisa, a mulher, na comunidade científica historiográfica se deu tardiamente por esta via, pela via acadêmica estrita, mas também se deu.

A busca descrita no presente trabalho diz respeito então, à configuração da mulher enquanto objeto de pesquisa através de tratamentos estritamente historiográficos feitos no Brasil. Esta busca parte dos trabalhos que se propuseram a recuperar as histórias de mulheres através dos marcos da historiografia consagrada, ainda que para questioná-la, quiçá, demoli-la. Apesar de estudos sobre as mulheres surgirem como agentes e consequências das pautas feministas, como veremos adiante, permaneciam (pois assim as enquadraram as abordagens entendidas como legítimas) na estreita e tensa fronteira entre “rigor historiográfico” e militância. Neste trabalho pretendo abarcar, então, apenas uma

manifestação (e ainda de maneira circunstancial) de um fenômeno muito maior, tanto na academia quanto em outras muitas esferas do social.

Antes de mais nada, quero apontar para uma das hipóteses principais de minha pesquisa: a ideia de que existia uma espécie de "meta-sentido" no trabalho de historiadoras ao pesquisarem mulheres ou as relações de gênero – e, ao mesmo tempo, um motivo pela pouca adesão de homens nesses investimentos. Elevar a condição do objeto mulher também era, de alguma forma, uma espécie de atribuição de valor a própria posição da mulher como produtora de conhecimento. À hierarquia de valores relativa aos objetos de estudo<sup>1</sup>, estaria implicada uma hierarquia gendrada quanto aos sujeitos pesquisadores, cujas pesquisadoras da área pretendiam subverter.

Outra hipótese da qual parto é que as disputas por legitimação deste objeto de pesquisa em estudos de história, passaram por argumentos que os posicionavam na seara do pós-modernismo, desqualificando-o quanto a seu potencial político, pois que era compreendido como inócuo, diluidor das bandeiras de luta etc. Assim, os estudos a respeito das mulheres, foram constantemente enquadrados como produtores de uma ruptura epistemológica (como as produtoras do campo também enxergavam), porém conservadora. Ainda que o tema no Brasil se tenha gestado nas fileiras das organizações e mobilizações de esquerda, na academia legitimá-lo passava por referendar seu potencial político de evidenciar as desigualdades sociais.

Cabe ainda um último apontamento a esta introdução-ponto de partida. Eu não estou procurando trabalhos que chegaram na mulher, mas que partiram dela, que buscavam-na. Miro trabalhos que chegaram na mulher apenas na medida em que trouxeram-na para o foco. Mas aqui o objetivo é justamente a busca, e não exatamente os resultados dela. O que dirigiu essa busca, qual o intuito dela, que buraco essas pesquisas procuravam preencher, ocupar, percorrer. Muitas respostas e muitas motivações. Vejamos algumas.

### **Caminhos institucionais**

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. "Methode scientifique et hierarchie sociale des objets". [Actes de la Recherche en Sciences Sociales](#). Vol. , n°1, 1975. pp. 4-6.

Mais do que caminhos, o que apresento adiante são pequenos trechos de trilhas, ainda não conectados e seguros. Trata-se do levantamento preliminar<sup>2</sup> que fiz sobre a produção de pesquisas em história sobre o *sujeito-objeto* mulher. Tomando como ponto de partida as teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras entre os anos 1980 e 1994 e as comunicações apresentadas nos seminários da ANPUH entre os anos 1979 e 1995, alguns números chamam atenção.

Entre as dissertações e teses defendidas durante os anos 1980 e 1994 disponíveis nos recenseamentos *A História no Brasil, Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história* e no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes (digital)<sup>3</sup>, selecionei aqueles que mencionaram, em seus títulos, resumos ou palavras-chave os termos *mulher, feminino, feminismo, diferença sexual* ou *gênero*, e encontrei um total de 58 trabalhos. Foi possível identificar um aumento substancial de pesquisas sobre o tema com o passar dos anos. De 1980 a 1984, foram registrados de 0 a 2 trabalhos com o recorte proposto a cada ano; de 1985 a 1989, foram de 1 a 4; de 1990 a 1994 foram de 4 a 14 por ano.

Esses poucos dados já mostram um aumento significativo das buscas às mulheres no passado, que ocorreram nos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, ainda que evidenciem pouco sobre as razões que justificaram tais pesquisas e as maneiras com que foram realizadas.

Dentre os 58 trabalhos, a esmagadora maioria foi escrita por mulheres<sup>4</sup>. 53 são de autoria feminina e apenas 5, masculina. Evidenciando o que já havia mencionado acima, que se trata de um campo de pesquisa majoritariamente feminino quanto ao sujeito pesquisado e o sujeito pesquisador.

---

<sup>2</sup> Levantamento que venho ampliando com o avançar da pesquisa.

<sup>3</sup> FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. 344 p. (v. 2); CAPELATO, M. H. R (coord.) *Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*. São Paulo, xamã, 1995; e *Catálogo de Teses & Dissertações da Capes(digital)*, disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

<sup>4</sup> Para afirmar isso, tomo como indicativo apenas o nome próprio dos autores, uma vez que não era possível adentrar em outros meandros a esse respeito, incorrendo assim em generalização perigosa. Entretanto optamos por manter essa informação pois achamos ser um apontamento importante para a pesquisa que se pretende iniciar.

Quanto aos trabalhos apresentados nos Simpósios da ANPUH (Associação Nacional de História) e registrados nos Anais do evento<sup>5</sup>, a partir do descritor *mulher*, cheguei aos seguintes números: no X Simpósio (realizado na UFF em 1979) e no XI Simpósio (UFPB, 1981) não há menção a *mulher* registrada nos Anais; no XII (UFBA, 1983) 2 resumos de trabalhos tratam da *mulher* (em 6 usos do termo); no XIII (UFPR, 1985) são 7 resumos; no XIV (UnB, 1987) são 6; no XV (UFPA, 1989) são 4; no XVI (UERJ, 1991) foram 4 resumos, apesar de o descritor aparecer 40 vezes<sup>6</sup>. Assim, a partir de 1983 as mulheres passam a estar nos registros desses eventos bianuais enquanto objetos de pesquisa, e de maneira crescente, mas de 1985 a 1991 essa presença se reduz. Já no XVII Simpósio (USP, 1993) a quantidade aumenta exponencialmente, 22 resumos tratam das mulheres como objeto de pesquisa, dentre as 60 menções registradas<sup>7</sup>; e, no XVIII (1995, UFPE)<sup>8</sup>, 49 resumos de trabalhos, de 123 menções. Crescimento expressivo, portanto. Este último foi também o Simpósio em cujos Anais aparece pela primeira vez o descritor *mulher negra*. Apesar da longa historiografia sobre a escravidão e da “história vista dos de baixo”, o termo não havia sido empregado nos Anais até este momento. Não foram elas, portanto, entendidas como mulheres?<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> Disponíveis no seguinte endereço: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>.

<sup>6</sup> Esse aumento se dá também porque os trabalhos registrados nos anais foram mais longos, de até 20 páginas, diferente dos anais anteriores. O que sugere que houve alterações nas regras de publicação desses trabalhos. Além disso, muitos trabalhos apenas mencionam o descritor *mulher*, sendo que esta não é central nem secundária. Essas menções talvez indiquem uma outra mudança, que a categoria *homem* deixou de ser tomada como sujeito universal de pesquisas em história, e, por isso, os trabalhos mencionem *mulheres e homens*.

<sup>7</sup> 60 menções apenas entre os resumos. Nestes anais constam também a programação, e, dentro dela, a conferência inaugural, as comunicações coordenadas, comunicações livres, conferências, cursos, mesas redondas etc., e, dentro deles, os títulos de cada trabalho individual apresentado. Como esses elementos não estavam disponíveis nos Anais anteriores, para este trabalho não os levei em consideração. Apesar de pretender fazê-lo futuramente.

<sup>8</sup> Siglas referentes às seguintes universidades: UFF – Universidade Federal Fluminense; UFPB – Universidade Federal da Paraíba; UFBA – Universidade Federal da Bahia; UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; UFPR – Universidade Federal do Paraná; UnB – Universidade de Brasília; UFPA – Universidade Federal do Pará; UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro; USP – Universidade de São Paulo.

<sup>9</sup> O termo *negra* é recorrente em Anais anteriores, mas não após *mulher*, senão após comunidade, resistência, escravidão, identidade, população, memória, família etc. Isso não significa, evidentemente, que as mulheres negras não foram estudadas, mas que não houve olhar exclusivo para elas registrado até aí. Que, no caso da escravidão por exemplo, talvez importasse mais tomá-las como escravas do que como mulheres. Pretendo investigar adiante o porquê desta ausência. Se ela se confirma em outras produções historiográficas, ou apenas nos registros de SNHs.

Com relação ao descritor *gênero*, ele não aparece nenhuma vez como um referente das diferenciações entre homens e mulheres até os Anais do XVI Simpósio<sup>10</sup>. No XVII, no entanto, existem 8 menções a *gênero* como referente desta distinção, sendo que em 5 trabalhos é conceito fundamental para a análise proposta; e nos Anais do XVIII Simpósio, existem 39 menções a *gênero* com esta acepção, entre os quais, em 18 resumos o conceito é fundamental para a análise proposta.

Muitos elementos podem ter contribuído para o aumento verificado nas teses e nos resumos dos Anais, alguns exteriores aos intuítos de uma pesquisa, como a expansão dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, e, conseqüentemente do número de mulheres chegando à pós-graduação; mudança nos costumes, hábitos, e expectativa de papéis para cada gênero; expansão dos objetos de estudo da história; entre outros. Mas, principalmente, e aqui se trata de uma hipótese afirmada e reafirmada pelas próprias pesquisadoras do campo, pela influência do movimento feminista<sup>11</sup>.

Antes de passar a ele, uma última observação. Meu problema de pesquisa aqui é o intento de pesquisar as mulheres, é a tomada da mulher como ponto de partida para a pesquisa histórica. Mas outra questão que fica evidente acompanhando os anais dos Simpósios Nacionais da ANPUH é que a mulher passa a ser um sujeito para o qual muitos trabalhos fazem referência, ainda que não seja seu objeto central. O que aponta para uma mudança na forma de se escrever uma pesquisa de história: estes passam a ter que levá-la em consideração, pelo menos mencioná-la. E isso se dá por conta de uma série de questões, entre elas, pela força que algumas pautas do movimento feminista adquirem, assim como pela estruturação de um campo de pesquisas sobre mulheres, e da difusão de suas diferentes premissas. Continuemos por seus caminhos.

### **Caminhos ativistas**

---

<sup>10</sup> Como mencionei previamente, o conceito passou a ser usado como indicador das diferenças atribuídas a homens e mulheres no Brasil, principalmente após a tradução do texto de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Porto Alegre: Educação & Realidade. vol. 16, nº 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

<sup>11</sup> MACHADO, Lia Z. Campo Intelectual e Feminismo: Alteridade e Subjetividade Nos Estudos de Gênero. Série Antropologia 170, Brasília-DF, v. 1, p. 1-26, 1994.

Muito efervescente nos anos 1970, o movimento feminista, a nível mundial, deu ensejo a uma produção intelectual e científica sobre as mulheres nas mais diversas áreas de conhecimento. Em alguns momentos, essa produção tomou distância em relação a sua identificação com o movimento social, e, em outros, se propôs a trazê-lo para o interior da Universidade. Assim, o conhecimento sobre a “história das mulheres” foi atravessado por tensões entre posturas que visavam aproximação com o *éthos* universitário, e posturas que se assumiam diretamente devedoras da luta política em sentido amplo. Para Lia Z. Machado essa “dupla dívida” é o que constituiu um “campo intelectual” que se formou em torno das mulheres<sup>12</sup>.

Em relação à história, mais do que vinculada à fervura do movimento feminista, muitas militantes feministas se desafiaram a reescrevê-la, entendendo que as histórias das mulheres não haviam sido, ou não estavam sendo, contadas. Segundo Mary Del Priore: “este foi um período fundamental, no qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores”<sup>13</sup>. Muitas feministas também se dirigiram para os saberes científicos recolocando a questão das diferenciações entre os *sexos*. As feministas pressionavam as estruturas machistas em diversas direções, entre elas, a produção e as/os produtores de conhecimento acadêmico<sup>14</sup>.

Uma série de novos estudos a respeito desse tema passou a ter então mais amplitude nas universidades. No âmbito da escrita foram dois os principais caminhos que se seguiram: de um lado inscrever as mulheres na história, recuperar suas vivências e representações, e, de outro, investigar as origens e atualizações da dominação que sofriam<sup>15</sup>.

Afrontar a ausência das mulheres na história implicava em muitos casos disputar os termos de sua escritura, pois, afirmavam algumas teóricas do campo, em muitas das vertentes historiográficas mais correntes, como a história política, ou entre as perspectivas

---

<sup>12</sup> *Idem.* p. 3.

<sup>13</sup> PRIORE, Mary Del. História das mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 220.

<sup>14</sup> MACHADO, Lia Z. Campo Intelectual e Feminismo. *op. cit.*, p. 4; BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a mulher no Brasil, do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa* (54) 5-15, 1985, p. 6.

<sup>15</sup> PRIORE, Mary Del. História das mulheres, *op. cit.* p. 220.

materialista e estruturalista, não havia espaço para recuperar suas vivências<sup>16</sup>. Assim, a história cultural, imersa nas discussões sobre os limites da representação em história, foi uma das fontes de interlocuções, cujo diálogo foi muito profícuo<sup>17</sup>.

Pretendo, adiante, percorrer as diferentes relações que as pesquisadoras desse campo de estudos tiveram com o movimento feminista. Das mais diretas, em organizações ou jornais feministas, à relações indiretas, não manifestas etc. Pretendo fazer essa aproximação pois ela é constantemente apontada pelas autoras, o que mostra como os movimentos sociais importam na constituição de investimentos de pesquisa. Porém essa aproximação também foi feita pelas instâncias consagradas da própria universidade, no intuito ora de reconhecer esse domínio específico de pesquisas, ora de desqualificar seu rigor científico<sup>18</sup>. Atualizando um embate recorrente na produção do conhecimento acadêmico, que opera ideais variáveis acerca da pesquisa e da militância (pois que são categorias que estão sempre em disputa, embora sejam usadas como termos fixos) que dependem das condições sociais em que o debate se estabelece, dos agentes e suas disposições no mundo intelectual<sup>19</sup>. A história das mulheres e das relações de gênero e o feminismo não se reduzem um ao outro, mas suas conexões e imbricações são inumeráveis.

## **Caminhos teóricos**

---

<sup>16</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: LOPES, Zélia (org.) A história em debate. São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1989.

<sup>18</sup> BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira; SARTI, Cynthia. “Pesquisa sobre a mulher no Brasil, do limbo ao gueto?” *Op. Cit.*; LAGRAVE, Rose-Marie. Recherches féministes ou recherches sur le femmes?. [Actes de la Recherche en Sciences Sociales](#), Année 1990 **83** pp. 27-39.

<sup>19</sup> L’ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. (orgs.). “Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa”. In: Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 13-15.

Enquanto nas ciências sociais brasileiras, a *mulher* vinha sendo esmiuçada desde a década de 1970, na historiografia acadêmica essas investidas foram posteriores. A *mulher* passou a ser um interesse de estudos coordenado (e não interesse pontual de um/a ou outra/o pesquisador/a), um objeto de estudos compartilhado nas pesquisas de história em universidades brasileiras, a partir da década de 1980<sup>20</sup>.

Em um primeiro momento, a entrada das mulheres como objeto de pesquisa da historiografia brasileira esteve vinculada à abordagem thompsoniana, a um marxismo heterodoxo que extrapolava os mundos do trabalho (lócus privilegiado das pesquisas sobre a mulher feitas nas ciências sociais na década de 1970)<sup>21</sup>. Procurava identificar e analisar as mulheres no tecido social como um todo, dando destaque a possíveis apreensões de seus cotidianos<sup>22</sup>. Seria a partir daí que, segundo Margareth Rago, importante pesquisadora do campo, “o estudo da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia”<sup>23</sup>.

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria [gênero], assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX

---

<sup>20</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: LOPES, Zélia (org.) A história em debate. São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1989; SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007; MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Revista Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15; PRIORE, Mary Del. História das mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos César (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>21</sup> BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira; SARTI, Cynthia. “Pesquisa sobre a mulher no Brasil, do limbo ao gueto?” *Op. Cit.*. P. 9.

<sup>22</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *op. cit.*; MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero. *op. cit.*

<sup>23</sup> *Idem*, p. 84.

e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.<sup>24</sup>

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, também formadoras do campo de estudos de história das mulheres no Brasil<sup>25</sup>, entendem, assim, que duas razões teriam regido o suposto atraso da historiografia brasileira quanto ao tratamento das mulheres: o “caráter universal atribuído ao sujeito da história” que excluía tanto as mulheres como muitos homens, assim como, o próprio tratamento historiográfico. Todavia, me parece que muitos outros homens que não este supostamente universal, assim como muitas fontes, para além das administrativas, diplomáticas e militares, adquiriram estatuto de *objeto* e *fonte* para o estabelecimento do conhecimento histórico antes das mulheres e as fontes que informavam sobre elas.

Ainda assim, cabe salientar que as autoras supracitadas entendiam haver um débito da historiografia brasileira para com as mulheres, que advinha da própria maneira de se fazer história. Ou seja, para que as mulheres pudessem ser objeto da história esta deveria ser, no mínimo, ampliada. Senão reconstruída.

Assim, tanto teóricas do campo, quando historiadores e historiadoras de fora dele, mobilizavam a ideia de uma *ruptura epistemológica* que justificava a emergência desse novo campo de estudos, e usavam essa ideia tanto para referendá-lo, como para questioná-lo. Teóricas do campo entendiam que uma ruptura com a historiografia em curso era fundamental, e estava no cerne nas pesquisas feministas aplicadas à história, entre elas Maria Odila da Silva Dias<sup>26</sup>.

A diferença no uso argumentativo desta *ruptura* está, portanto, na sua qualificação. Aliás, na qualificação do que presidia essa ruptura: o *giro linguístico*, ou ainda, o *pós-modernismo*. Para os críticos dessas vertentes, elas simbolizavam a diluição das desigualdades estruturais da sociedade, tornavam-nas difusas, fluidas, intangíveis. E,

---

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, v. 27 n. 54, p. 281-300, 2007. P. 284.

<sup>25</sup> SCHPUN, M. “L’histoire des femmes et du genre au Brésil, enquête sur trois générations”. Clio. Femmes, Genre, Histoire. 19 | 2004. URL: <http://clio.revues.org/656>.

<sup>26</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53; DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. Estudos Feministas, v. 2, n. 2, 1994.

consequentemente, inelutáveis. A história, para muitos concebida como meio de transformação social, na medida em que expunha como o poder se estruturava, ficaria então inofensiva – senão ofensiva justamente para instituir o poder<sup>27</sup>.

Para os praticantes dessas vertentes, seria o extremo oposto. Os estruturalismos, ainda que engajados com a transformação social, como o marxismo, confinariam a sociedade aos pressupostos iluministas de progresso, razão, de um ordenamento social que não caberiam a todos/as. Para eles, estes seriam regulatórios e normativos, e não libertadores como se propunham.

Neste sentido, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitos dos estudos sobre as mulheres no Brasil, começaram a repensar a própria categoria mulher. Incorporando os debates em curso nos Estados Unidos, bastante influenciados pelos escritos de Michel Foucault, passam a enfatizar as construções discursivas e práticas culturais como produtoras da realidade social e, assim sendo, como elementos normatizadores, prescritores de comportamentos<sup>28</sup>. Nesta leitura, usar o termo *mulher* implicava uma essencialização biológica, enquanto que esse sujeito existia, como oposto ao *homem*, por conta da cultura. Assim, não seria mais possível trabalhar com um conceito universal de *mulher* – assim como não fora antes possível trabalhar com o universal *homem*. Era preciso tratar suas diferenciações de maneira relacional, e não tomá-las como dados.

Em artigo publicado em 1986, a teórica norte-americana Joan Scott, sugeria o uso do termo *gênero*<sup>29</sup> como ferramenta analítica capaz de aferir justamente os papéis distintos atribuídos a homens e mulheres, e, inclusive, capaz de contestar a produção, organização e legitimação do conhecimento, que contribuía para atualizá-los. A própria história das mulheres segundo ela, enquanto não colocasse em questão a construção de seu sujeito principal, a *mulher*, corroborava com a cristalização de uma categoria universal baseada no sexo biológico<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. In: Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p. 9-26, 1994.

<sup>28</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

<sup>29</sup> Conceito que não foi gestado por Scott, mas veiculado. Cf. PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

<sup>30</sup> SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. The American Historical Review, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986), p. 1053-1075.

Traduzido para o português em 1990, esse texto foi e é constantemente recuperado em estudos sobre o tema no Brasil. O conceito de *gênero* e as posturas teóricas e metodológicas que Scott propunha desconstruir a partir dele, suscitaram uma série de debates entre historiadores e cientistas sociais brasileiros associados a então temática das mulheres. Maria Odila da Silva Dias, em texto já mencionado aqui, faz uso do conceito de *gênero*, e retoma Scott, mas para defender o uso de “conceitos provisórios” e “abordagens parciais”, pois a formulação de uma teoria feminista para os estudos das mulheres “redundaria em substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, quiçá invertidas, de poder, embutidas nas relações sociais e de gênero”. Era preciso, segundo ela, construir um outro “modo de conhecer”, baseado na “concretude” e não em teorias<sup>31</sup>.

Assim, longe de se situarem em um ou em outro campo dessa batalha, os estudos sobre as mulheres circularam entre eles, com pesquisadores e pesquisas se dirigindo para um e outro lado. O campo de pesquisas referido não era um bloco uníssono, mas uma composição de várias vozes<sup>32</sup>. O que as unia era a denúncia contra uma estrutura patriarcal machista que ordenava a sociedade, e a esperança de transformá-la. Mas os caminhos e formas para tanto eram diversos, e às vezes, conflituosos.

### **Considerações Finais**

Neste mapa ainda não há ponto de chegada, apenas reconhecimento do terreno. Separei-o por caminhos distintos a fim de torná-los mais simples para apreciação. Mas como os próprios trechos do texto deixam claro, eles se misturam, se bifurcam, se distanciam e aproximam a todo momento. E se não temos um ponto de chegada indicado, isso não quer dizer que esses estudos não chegaram a lugar nenhum. Pelo contrário, seja através do caminhar pelas, seja através de breve mirada sobre os estudos históricos atuais, a presença das mulheres enquanto sujeitos e objetos de conhecimento/de fala (pensando nas ruas) é evidente e eloquente. Talvez eu ainda não tenha chegado a um ponto fixo para expor aqui, ainda por conta da diversidade de pontos de chegada que esse mapa em aberto

---

<sup>31</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas. *Op. Cit.* p. 39.

<sup>32</sup> Sorj, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In A. Costa & M. C. Bruschini (Orgs.), Uma questão de gênero (pp. 15-23). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

abre<sup>33</sup>. Ainda assim, temos muita estrada pela frente, seja para mapear esses estudos e sua validação no campo historiográfico, seja para transformar a realidade das mulheres. Tudo isso é só o começo.

### **Bibliografia**

BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira; SARTI, Cynthia. “Pesquisa sobre a mulher no Brasil, do limbo ao gueto?” Cadernos de Pesquisa (54) 5-15, 1985.

BOURDIEU, Pierre. “Méthode scientifique et hiérarchie sociale des objets”. [Actes de la Recherche en Sciences Sociales](#). Vol. , nº1, 1975. pp. 4-6.

CAPELATO, M. H. R (coord.) Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história. São Paulo, xamã, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. In: Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p. 9-26, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. Estudos Feministas, v. 2, n. 2, 1994.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. A História no Brasil (1980-1989). Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. 344 p. (v. 2)

---

<sup>33</sup> E em função do estágio ainda inicial dessa pesquisa.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

LAGRAVE, Rose-Marie. Recherches féministes ou recherches sur le femmes?. [Actes de la Recherche en Sciences Sociales](#), Année 1990 83 pp. 27-39.

L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. (orgs.). “Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa”. In: Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 13-15.

MACHADO, Lia Z. Campo Intelectual e Feminismo: Alteridade e Subjetividade Nos Estudos de Gênero. Série Antropologia 170, Brasília-DF, v. 1, p. 1-26, 1994. p. 3.

MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Revista Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos César (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: LOPES, Zélia (org.) A história em debate. São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1989.

SCHPUN, M. “L’histoire des femmes et du genre au Brésil, enquête sur trois générations”. Clio. Femmes, Genre, Histoire. 19 | 2004. URL: <http://clio.revues.org/656>.

SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. The American Historical Review, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986), p. 1053-1075.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

Sorj, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In A. Costa & M. C. Bruschini (Orgs.), Uma questão de gênero (pp. 15-23). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.